

Ecoss do racismo estrutural em discursos digitais

**JHONATANS ADRIANO
OLIVEIRA**
jhow.ad.oliveira@gmail.com

Mestrando em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Bolseiro pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior,
Brasil (nº do processo: 88887.968629/2024-00)
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9337-3572>

**MARCOS LÚCIO DE
SOUSA GÓIS**
marcosgois@ufgd.edu.br

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista, Brasil (2007)
Professor Titular da Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0328-1509>

PALAVRAS-CHAVE:
Análise de Discurso;
Racismo Estrutural;
Teste da Boneca (*Doll test*).

RESUMO: O artigo analisa comentários de internautas sobre a denúncia de racismo feita por um professor negro contra a disposição de bonecas em uma vitrine, discutindo a relação entre esse caso e o "Teste da Boneca", realizado por Kenneth e Mamie Clark em 1940. Argumenta-se que tais comentários, ao negarem o racismo e culpabilizarem a vítima, ilustram o racismo estrutural. O objetivo é problematizar como os discursos racistas circulam na sociedade brasileira e seus impactos. Os fundamentos teórico-metodológicos são os da Análise de Discurso e de ciências próximas, com foco em três enunciados da seção de comentários de uma notícia online. Os resultados indicam que os enunciados analisados, mesmo com diferentes estratégias, se aproximam da mesma formação discursiva que perpetua a desigualdade racial, desqualificando a vítima e naturalizando o racismo. Conclui-se que a análise do discurso racista é crucial para combater a discriminação racial e promover a igualdade.

ARTIGO RECEBIDO A:
10/03/2025
ARTIGO APROVADO A:
13/08/2025



Echoes of structural racism in digital discourses

**JHONATANS ADRIANO
OLIVEIRA**
jhow.ad.oliveira@gmail.com

Master's student in Literature, Federal University of Grande Dourado, Brazil
Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel Foundation Fellow, Brazil
(protocol: 88887.968629/2024-00)
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9337-3572>

**MARCOS LÚCIO DE
SOUSA GÓIS**
marcosgois@ufgd.edu.br

PhD in Linguistic, São Paulo State University, Brazil (2007)
Professor at the Federal University of Grande Dourado, Brazil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0328-1509>

KEYWORDS:
Discourse Analysis;
Structural Racism;
Doll Test.

ARTICLE RECEIVED ON:
03/10/2025
ARTICLE ACCEPTED ON:
08/13/2025

ABSTRACT: This article analyzes online users' comments regarding a racism complaint made by a Black teacher about the arrangement of dolls in a store display, discussing the connection between this case and the "Doll Test" conducted by Kenneth and Mamie Clark in the 1940s. It is argued that these comments, by denying the existence of racism and blaming the victim, exemplify structural racism. The aim is to investigate how racist discourses circulate in Brazilian society and their impacts. The theoretical and methodological foundation are based on Discourse Analysis, with a focus on three statements from the comments section of an online news article. The results indicate that the analyzed statements, despite employing different strategies, align with the same discursive formation that perpetuates racial inequality by discrediting the victim and naturalizing racism. It is concluded that the critical analysis of racist discourse is crucial to combat racial discrimination and promote equality.



INTRODUÇÃO

No "Teste da Boneca" (*Doll test*), os psicólogos Kenneth e Mamie Clark realizaram em 1940 um experimento para compreender o impacto do racismo na autoestima e identidade de crianças negras¹. O experimento consistia em apresentar a meninos e meninas negras, entre seis e oito anos, duas bonecas idênticas, exceto pela cor da pele: uma branca e outra negra. As crianças então respondiam a perguntas sobre os objetos, como qual delas era "boa" ou "má", "bonita" ou "feia", com qual delas gostariam de brincar, etc. Os resultados do projeto mostraram que a maioria das crianças negras preferiu a boneca branca, associando-a a características positivas como beleza, bondade e inteligência, enquanto a boneca negra foi frequentemente associada a características negativas como feiura, maldade e ignorância. Kenneth e Mamie Clark atestaram, com tal simulação, como o racismo internalizado, resultado de décadas e décadas de segregação racial nos EUA e da constante exposição de pessoas negras a imagens negativas, afetava a autoestima e a identidade de crianças afrodescendentes. O estudo desempenhou um papel crucial no caso histórico "Brown versus Board of Education" em 1954, que levou a Suprema Corte estadunidense a decidir pela inconstitucionalidade da segregação racial das escolas públicas daquele país (Bell Jr., 2021)².

A pesquisa de Kenneth e Mamie Clark serve como um lembrete constante da importância de se combater o racismo estrutural em todas as suas formas, inclusive nas suas manifestações mais sutis e simbólicas cotidianas. Por racismo estrutural, sobre o qual discutiremos mais adiante, compreendemos um sistema de desigualdades enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade que beneficia a população branca em detrimento da população negra e de outras minorias raciais, que se manifesta de forma complexa e multifacetada, permeando diferentes aspectos da vida social (Almeida, 2019).

1. Cf. BROWN V. BOARD AND "THE DOLL TEST". Disponível em: <https://www.naacpldf.org/brown-vs-board/significance-doll-test/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

2. O texto original de Bell Jr. ("Brown v. Board of Education and the interest-convergence dilemma") é de 1980.

Para ilustramos como funciona este racismo estrutural, mobilizamos como ponto de partida uma notícia divulgada pelo Portal Terra na data de 27 de fevereiro de 2024, com o título “Professor denuncia racismo em vitrine de loja no RJ”. Segundo a matéria, o professor Moisés Machado delatou uma suposta prática racista na montagem da vitrine de uma loja de brinquedos no Rio de Janeiro, compartilhando o caso em seu Instagram. Ele expressou choque ao encontrar bonecas realistas (*reborn*) de bebês brancos em um lado do berço e, do outro, uma boneca negra ao lado de um boneco de macaco e considerou essa associação entre a criança negra e um animal como cruel e reforçadora de estereótipos racistas. A loja, Gamelândia Brinquedos, emitiu uma nota de esclarecimento repudiando qualquer conotação racista, explicando que oferecem produtos artesanais de alta qualidade, incluindo bonecos realistas de diversos tipos, sem distinção de raça ou origem. O caso, segundo informou a reportagem, foi comunicado à Polícia Civil brasileira e será investigado pela Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi)³.

3. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/videos/professor-denuncia-racismo-em-vitrine-de-loja-de-brinquedos-no-rj-shorts,65dfe792d72485bd0635d87d70a46dcb6z6zzds5.html?utm_source=Whatsapp&utm_medium=SOCIAL. Acesso em: 27 fev. 2024.

O que estes dois acontecimentos separados por décadas têm em comum? O que eles nos permitem concluir a respeito de como se produzem e se reproduzem práticas do racismo estrutural no Brasil atual? Neste artigo, problematizamos como os discursos racistas circulam pela nossa sociedade brasileira e como eles nos afetam de modo mais ou menos uniforme. Para tanto, situamos nosso problema, passando em seguida por uma discussão teórico-discursiva de três enunciados publicados na seção “comentários”, no Youtube, por três diferentes leitores da matéria veiculada pelo Portal Terra.

Os enunciados foram escolhidos, dentre vários possíveis, porque ilustram precisamente a permanência do racismo estrutural. Conforme argumentamos, reforçam estereótipos e desconsideram a dimensão simbólica que, como demonstrado por Kenneth e Mamie Clark, impacta negativamente na autoestima e na identidade de crianças negras que frequentam o sítio

em questão, internalizando a mensagem de que a negritude é algo inferior e indesejável. Além disso, os comentários selecionados não propõem nenhum tipo de mudança, como a necessidade de combater o racismo e outras formas de preconceito e seus efeitos nocivos à sociedade, com a finalidade de promover a representatividade positiva da negritude e a educação para a igualdade racial.

1. AS BONECAS NA VITRINE E OS DISCURSOS RACISTAS

Uma loja de brinquedos coloca na mesma cesta duas bonecas realistas de crianças brancas juntas, e uma boneca de criança negra ao lado de um boneco de macaco (Figura 1). Um professor negro, ao passar pelo local, denuncia essa prática como racista, fruto, tal como ele enuncia, do racismo estrutural. A loja se justifica, dizendo que "repudia atos racistas, homofóbicos ou de qualquer natureza preconceituosa e discriminatória"⁴.



4. Para fonte, confira nota de rodapé 3.

Figura 1 - Fotomontagem própria. Recorte *PrntScr* de vídeo

Fonte - Portal Terra. Cf. nota de rodapé 1.

Um comentário da notícia diz o seguinte: "Idiotice, o problema está na mente das pessoas" (Enunciado 1), outro menciona que o denunciante tem "complexo de inferioridade" (Enunciado 2) e uma terceira pessoa argumenta que, em síntese, não há maldade na criação daquelas bonecas (Enunciado 3). Os comentários sugerem que o problema está no professor negro que vê racismo onde não há. Tal contexto nos permite problematizar a relação entre este acontecimento e os resultados do trabalho de Kenneth e Mamie Clark. Para nós, a posição da loja de brinquedos com as bonecas e o macaco, a denúncia do professor negro e os comentários subsequentes acentuam um complexo panorama discursivo que entrelaça racismo estrutural, representação discursiva e interpretações divergentes.

Como dissemos, o racismo estrutural se manifesta em práticas e instituições que perpetuam desigualdades e discriminações contra pessoas negras (Almeida, 2019). Dito de outro modo, de um ponto de vista discursivo, é possível realizar uma ação racista sem que o sujeito necessariamente se considere racista ou diga que não "tinha a intenção" de discriminar. Isso ocorre porque o racismo está presente nas estruturas da sociedade brasileira, em seus discursos, e em diversas práticas languageiras, manifestando-se algumas vezes de formas sutis, noutras, de forma explícita. No caso da loja de brinquedos, a disposição das bonecas pode ser interpretada, e foi, como uma reprodução de estereótipos raciais que associam a negritude à animalidade, inferioridade e exotismo. E foi assim interpretada pela mesma razão pela qual é frequência negada: o racismo é um problema histórico e persistente no Brasil, com raízes profundas na escravidão e na desigualdade social.

Da leitura realizada pelo professor Moisés Machado, destacamos duas perspectivas expressivas que o levaram a ler como leu. A primeira delas é o que chamamos de "representação discursiva", ou seja, "a maneira como os objetos, as pessoas e os eventos são construídos discursivamente".

sivamente pelas linguagens” (Góis; Rodrigues, 2024, p, 173). Ao colocar a boneca negra junto ao boneco do macaco, enquanto, do outro lado, bonecas brancas estão lado a lado, a imagem representa um significado simbólico que remete à histórica desumanização e objetificação ou animalização de pessoas negras. Essa simbologia, mesmo que o sujeito diga que “não tenha sido intencional” por parte do expositor, reforça discursos estereotipados e perpetua a marginalização da população negra. A segunda diz respeito a “interpretações divergentes”. A denúncia do professor negro e os comentários subsequentes revelam como a interpretação da situação pode variar conforme as posições de sujeito constituídas dentro de práticas discursivas e relações de poder, ou seja, a percepção de racismo é construída discursivamente e depende das condições históricas e sociais que moldam essas posições, sem que isso comprometa sua validade dentro dos regimes de verdade que as sustentam. O professor, por sua vivência diária com o racismo, identifica na disposição das bonecas uma prática das desigualdades estruturais da sociedade. Já os autores dos comentários, possivelmente não familiarizados com as nuances do racismo estrutural, tendem a desconsiderar a simbologia presente na cena e classificar a denúncia como “idiotice”, “complexo de inferioridade”, etc., desqualificando quem denuncia. É justamente este encontro de vozes divergentes, não raras antagônicas, que investigamos a partir do mirante da Análise de Discursos.

Acreditamos que uma análise discursiva dessa situação complexa permite produzir ainda mais conhecimento sobre os diferentes discursos em jogo e as relações de poder que permeiam a sociedade. O professor Moisés Machado denuncia a reprodução de estereótipos raciais e busca uma mudança social, enquanto o discurso dos autores e/ou autoras dos comentários, ao negar a existência do racismo, contribui para a manutenção do status quo. Lancemos um olhar mais apurado sobre os enunciados.

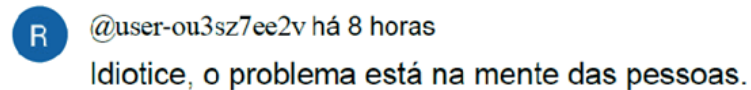
2. ANÁLISES DISCURSIVA DOS COMENTÁRIO

2.1. ANÁLISE DISCURSIVA 1

No enunciado 1 "Idiotice, o problema está na mente das pessoas" (Figura 2), há uma manifesta visão reducionista e individualista do racismo, ignorando as raízes históricas e sociais do problema. Ao deslegitimar a percepção do professor negro e atribuir a ele a responsabilidade pela interpretação (problemática) da cena, o enunciador se coloca em uma posição de negação do racismo e de desvalorização das experiências de pessoas negras.

Figura 1 -2 - Comentário 1 da matéria em análise: 27-02-2024

Fonte - <https://www.youtube.com/watch?v=obW6DYBETCg>



Identificamos no comentário pelo menos três problemas que estão na raiz do racismo estrutural no Brasil. O primeiro deles, e talvez o mais óbvio, é a própria negação do racismo. Ao dizer que "o problema está na mente das pessoas", o enunciador nega a existência do racismo como um problema social e estrutural, individualizando-o, reduzindo-o a uma questão particular de cognição ou, de modo mais preciso, a um problema mental. Essa visão ignora as diversas pesquisas e estudos que comprovam a existência do racismo estrutural em diferentes áreas da sociedade, como educação, saúde, mercado de trabalho e sistema de justiça criminal (Lawrence; Keleher, 2004; Gonzalez, 2020; Ahmed, 2024).

Gonzalez (2020) argumenta, por exemplo, que o racismo no Brasil opera muitas vezes de forma inconsciente, via mecanismo psicanalítico da denegação. Essa negação consiste em negar a existência de um desejo, pensamento ou sentimento, mesmo enquanto se expressa. No

contexto racial, Gonzalez afirma que o racismo brasileiro comumente rejeita a “ladino-amefricanidade”, ou seja, a herança africana e indígena da população brasileira. Essa negação se manifesta na naturalização da violência contra negros e indígenas e na perpetuação de estereótipos. Ao negar a existência dessa herança, argumenta Gonzalez, o discurso racista busca apagar a presença negra e indígena na sociedade brasileira e manter discursos supremacistas brancos. Desse modo, a violência e a discriminação se perpetuam, mesmo sem a necessidade de leis ou práticas explicitamente racistas.

A recusa do racismo encontrou razão de ser, como é relativamente conhecido, em formulações teóricas amplamente propagadas no País, como é o caso do mito da democracia racial, que teve como ideólogo principal Gilberto Freyre, em seu clássico *Casa-Grande e Senzala*, publicado em 1933. A respeito desse assunto, Abdias do Nascimento (2016) assinalou o seguinte:

[...] à base de especulações intelectuais, frequentemente com o apoio das chamadas ciências históricas, erigiu-se no Brasil o conceito da democracia racial; segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas (Nascimento, 2016, p. 41).

A crítica de Abdias do Nascimento é fundamental para entendermos a complexidade das relações raciais no Brasil. Ao desmistificar a ideia da democracia racial, ele nos convida a olhar para a realidade de forma mais crítica e a reconhecer que o racismo é um problema sério e persistente em nossa sociedade. Nesse sentido, a posição do professor Machado, ao olhar pela vitrine aquela exibição, reforça o argumento contra essa harmonia racial ao destacar o supos-

to discurso racista na exposição das bonecas e do boneco, mesmo que esta não tenha sido o resultado deliberado de um sujeito intencionalmente racista, como podemos depreender da justificativa oficial da empresa.

A negação do racismo no Brasil não é uma prática rara. Por exemplo, em entrevista concedida à CNN⁵, em 20 de novembro de 2020, o ex-vice-presidente do Brasil, general Hamilton Mourão, ao comentar o caso de João Alberto Silveira Freitas, homem negro espancado até a morte por dois seguranças da loja Carrefour, em Porto Alegre, afirmou o seguinte: “[...] para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui” (CNN, 2020, online).

5. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/no-brasil-nao-existe-racismo-diz-mourao/>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

6. Hamilton Mourão é o típico sujeito brasileiro contraditório que ascende socialmente e que nega a existência da violência étnico-racial basilar no Brasil. Por exemplo, já se declarou indígena (quando se candidatou a vice-presidente em 2018), depois branco (na eleição para o Senado Federal em 2022); declarou ter pai amazonense e avó “cabocla de Humaitá”; mencionou que o brasileiro herdou dos indígenas a “indolência” e, dos negros africanos, a “malandragem”; disse, em certa ocasião, que seu neto era um “cara bonito”, resultado, segundo ele, do “Branqueamento da raça”; etc. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/mourao-muda-de-cor-raca-entre-2018-e-2022>>. Acesso em: 17 dez. 2024.

Além de negar a existência do racismo, o ex-vice-presidente, à semelhança do sujeito do Enunciado 1, também individualiza a prática racista, relacionando a morte de Alberto ao simples despreparo da equipe de segurança. Ao fazer isso, interdita o debate racial na esfera pública⁶. Do mesmo modo, o problema não estaria na disposição das bonecas ou em outras práticas que externalizam o conflito étnico-racial, e sim no sujeito que as aponta; não está na perseguição e na violência institucionalizada de corpos pretos por instituições e seus agentes de segurança público ou privada, mas no despreparo daqueles sujeitos que praticaram a ação, desconsiderando totalmente as estatísticas: homens pretos são vítimas principais do “despreparo” de agentes de segurança (Bueno; Pacheco; Nascimento, 2020; FBSP, 2020; Ramos, 2020; Ribeiro et al, 2020; Alves et al, 2021; Patrício, 2023).

Outro ponto provocado pelo Enunciado 1 é afirmar que o problema está na mente do professor negro, ocorrendo aí um reforço da individualização, traço este também presente na negação do racismo. Para o enunciador, a vítima (quem observa e faz a crítica) é culpada, e, portanto, ele desconsidera as experiências e vivências de pessoas negras com o racismo. Essa

postura individualista ignora a dimensão histórico-social e o impacto real do racismo na vida das pessoas e contribui para a perpetuação da desigualdade racial.

Almeida (2019) classificou esses *modos operandi* de discriminação racial como a concepção individualista do racismo. Para o autor, o racismo é deslocado para o campo da patologia social (ou individual), tratado como uma aberração, um fenômeno ético e psicológico de caráter individual ou coletivo que é atribuído a determinados grupos isoladamente, como vimos nos casos dos seguranças que agrediram João Alberto e no discurso do ex-vice-presidente brasileiro. Nessa concepção, esse tipo de discurso admite, no máximo, a existência de preconceito, e nega o racismo enquanto estrutura que organiza, articula e mobiliza os discursos, as instituições e a própria sociedade. Aceita, quando muito, a existência de sujeitos racistas, acometidos por uma suposta patologia qualquer. Não raro, observa-se que indivíduos flagrados cometendo atos racistas apresentam publicamente atestados psiquiátricos, numa tentativa de reduzir a dimensão estrutural do racismo a um problema individual. Isso ocorre porque, por essa perspectiva, o racismo é despojado de sua roupagem histórica e de seus efeitos concretos (Almeida, 2019).

Além da individualização, há no discurso em análise uma tentativa de silenciar vozes que trazem à luz do debate os antagonismos de raça, os conflitos étnico-raciais e as relações de poder instituídas pelo racismo. Manter o silêncio sobre a questão racial garante a perpetuação da estrutura racista. As contribuições de Foucault (1978) são pertinentes a esta análise, pois, como o autor demonstra, o discurso é o espaço onde se articulam poder e saber. O discurso não apenas veicula e produz poder, como também o reforça e o mina. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixando suas interdições, mas também podem, em certas circunstâncias, afrouxar seus laços e dar margem a tolerâncias. (Foucault, 1978, p. 98)

Nesse contexto, a deslegitimação do discurso do professor negro busca silenciá-lo, garantindo a manutenção do poder instituído pela hegemonia da branquitude. As práticas de silenciamento dos conflitos raciais contribui para interditar as resistências que poderiam minar o poder supremacista branco, impedindo a produção de conhecimentos e a mobilização de forças contrárias à ordem estabelecida. Essa estratégia opera, principalmente, por meio da desqualificação do discurso do outro, considerado perigoso e causador de tumulto, e na ratificação da suposta harmonia das relações raciais. Ao rotular o professor como “problemático” ou “mentalmente instável”, o sujeito enunciatador busca desacreditar sua fala e invalidar sua experiência, impedindo que sua voz seja ouvida e que sua denúncia gere mudanças na estrutura racista. Essa desqualificação age como um mecanismo de controle, mantendo o *status quo* e perpetuando a desigualdade racial.

Na sequência dessa segunda observação, o enunciatador desqualifica a percepção de Moisés Machado por ser negro. Ao deslegitimar a interpretação do professor, o autor do comentário invalida a experiência do crítico e seu conhecimento a respeito da extensão racial no Brasil. Essa atitude demonstra uma postura arrogante e *brancocêntrica* (Cardoso, 2020), que coloca em xeque a capacidade de pessoas negras interpretarem o mundo ao seu redor.

Bento (2022) analisa essa postura brancocêntrica, destacando a convicção de que o mundo só pode e deve ser lido a partir das percepções da branquitude, colocando-a no centro das relações sociais e de poder e instituindo o não-branco como o “outro”. Assim, o comentário “Idiotice, o problema está na mente das pessoas”, à primeira vista, pode parecer uma simples estratégia de negação da realidade brasileira. No entanto, uma análise mais aprofundada revela as interdiscursividades que o alimentam e seus propósitos, especialmente sua relação com as artimanhas do poder que se reforçam no chamado “pacto narcísico da branquitude” (Bento,

2022, p. 18). Esse pacto garante às pessoas brancas a perpetuação de seus privilégios, mesmo quando não há plena consciência deles (Bento, 2022). A autora observa que, embora a branquitude possa algumas vezes reconhecer e até mesmo repugnar o racismo em espaços públicos, ela demonstra resistência ao debate quando confrontada com a necessidade de analisar como o racismo estrutura e reproduz os privilégios que usufrui.

Em situações em que o racismo é questionado, os sujeitos brancos tendem a reagir deslegitimando o denunciante ou se vitimizando (Bento, 2022). Essa reação busca preservar a autoridade discursiva da branquitude sobre o tema e a manutenção de privilégios materiais e simbólicos. No caso em questão, o comentário que atribui a percepção do racismo a um “problema mental” exemplifica essa deslegitimação. Ao invalidar a experiência do professor negro, o enunciador não apenas nega a existência do racismo, mas também reafirma a centralidade da branquitude como detentora da “verdade” sobre as relações raciais, silenciando a voz e a experiência da vítima e reforçando, assim, o pacto narcísico. Essa estratégia discursiva visa manter, como mencionamos, o *status quo* e a hierarquia racial, impedindo a efetiva problematização do racismo estrutural.

Em síntese, o Enunciado 1 é reducionista, individualista e negacionista. Além disso, falta-lhe empatia e solidariedade, pois demonstra não compreender a complexidade das experiências de vida de pessoas negras. Ao invés de ouvir a voz do professor negro e tentar entender a sua perspectiva, o enunciador o ridiculariza (“idiotice”: “1 qualidade do que é ou de quem é idiota” e “2 ação, procedimento ou dito de idiota ou de pessoa dada como idiota”⁷) e o culpa pela crítica que Moisés Machado faz.

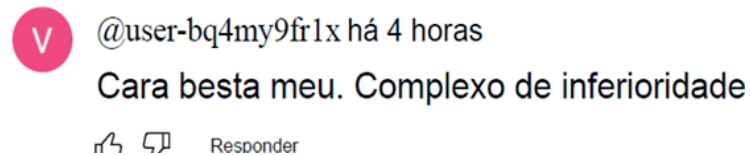
7. “Idiotice”. *Dicionário Houaiss*. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1. Acesso em: 28 fev. 2024.

2.2. ANÁLISE DISCURSIVA 2

No enunciado 2 – "cara besta, meu. Complexo de inferioridade" (Figura 3), o sujeito faz ecoar discursivamente o enunciado original ao responsabilizar o professor Machado, utilizando a desumanização como ferramenta ao reduzi-lo a "besta". Esse termo, no senso comum, evoca a imagem de um ser irracional, bruto, ignorante e pouco inteligente, bestializando e infantilizando o indivíduo, negando-lhe capacidade de discernimento. Essa estratégia de desumanização não é inédita e tem sido historicamente utilizada para desqualificar vítimas de opressão e grupos minoritários, como negros, indígenas, imigrantes pobres e mulheres.

Figura 3 - Comentário B da matéria em análise: 28-02-2024

Fonte -<https://www.youtube.com/watch?v=RWaw6XoD-F0>



É crucial reconhecer no Enunciado 2 que o uso da palavra "besta" não se limita a uma ofensa individual. Podemos encontrar discursos históricos, inclusive amparados por teorias científicas falaciosas, que imputavam às pessoas negras uma condição "natural" de bestialidade, justificando sua subjugação e exploração, além de culpabilizá-las pelo atraso do País. Nina Rodrigues, por exemplo, psiquiatra baiano do final do século XIX, foi um dos principais expoentes dessas teorias no Brasil, defendendo a inferioridade cognitiva de pessoas negras. Essa perspectiva, que ecoa no comentário em análise, buscava "comprovar" a suposta inferioridade dos negros, quase os relegando à condição de não-humanos e os excluindo da possibilidade de serem considerados povos civilizados (Schwarcz, 1993, 1996; Goes, 2016).

Em Análise do Discurso, a análise da escolha lexical não pode se restringir a uma leitura estruturalista, focada apenas em implicações morfossintáticas e estilísticas. É imperativo compreender a intrínseca relação entre a língua(gem) e a história, reconhecendo que o sujeito falante, mesmo em sua aparente individualidade, está inserido em um contexto discursivo preexistente (Figueiredo; Góis, 2021). A palavra "besta", portanto, carrega consigo uma carga histórica de desumanização que precisa ser considerada quando dita a um sujeito negro, em contraste se dita a um sujeito branco.

Ao investigarmos a construção social da figura do negro no Brasil, deparamo-nos com os interdiscursos que permeiam a escolha lexical da palavra "besta". Patrício (2023) destaca como negros foram historicamente estigmatizados sob o signo da violência e da objetificação sexual, ambas as esferas centradas em discursos da desumanização ou da bestialização. O autor argumenta que a sociedade, com pouco conhecimento sobre os pensamentos e sentimentos dos negros, questiona sua legitimidade para falar, discutir e refletir sobre questões como a apresentada. Aqui, a questão levantada por Spivak (2014) sobre se o subalterno pode ou não falar torna-se central, pois reforça o silenciamento histórico imposto a essa população.

Esse silenciamento dialoga diretamente com o projeto de expurgo da negritude (Carneiro, 2023), que se manifesta em um genocídio do negro brasileiro (Nascimento, 2016), como atestam as estatísticas alarmantes apresentadas por Patrício (2023): no Brasil, negros são a maioria dos detentos em presídios; totalizam em 75% dos assassinatos anuais; possuem 45% mais chances de suicídio entre jovens de 10 a 29 anos em comparação com jovens brancos; têm menores níveis de escolaridade e maiores taxas de analfabetismo; etc. Essas disparidades são, em grande medida, resultados do racismo histórico e estrutural que acompanha o Brasil desde o dia em que a escravidão negra atravessou o Atlântico em naus portuguesas.

Em sua análise da racialidade pela lente do conceito foucaultiano de “dispositivo”, Carneiro (2023) lança luz sobre um processo de desumanização que despoja o outro de sua racionalidade, cultura e civilidade. A autora estabelece uma conexão entre o biopoder delineado por Foucault e o conceito de contrato racial de Charles W. Mills, aprofundando o debate a respeito da natureza complexa e multifacetada do racismo. Um exemplo elucidativo dessa intrincada relação é a controversa interdição do livro “O Averso da Pele” (2020), de Jeferson Tenório. A obra narra a história de um professor negro no Rio Grande do Sul (RS), cuja vida é tragicamente interrompida por agentes da Polícia Militar estadual. Apesar de ter sido incluído no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, o livro foi alvo de críticas e subsequente censura. Após a repercussão negativa de um vídeo nas redes sociais, no qual a diretora de uma escola no Rio Grande do Sul expressava seu descontentamento com a obra, alegando conter linguagem inadequada, a 6ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) daquele Estado ordenou a retirada do livro das bibliotecas escolares de 18 municípios do Vale do Rio Pardo, RS. Esse ato de censura desencadeou um efeito cascata, com outros estados brasileiros seguindo o exemplo e removendo os exemplares disponíveis nas bibliotecas escolares, conforme noticiado pela CNN em 2024.⁸

8. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apos-parana-e-goias-estado-do-mato-grosso-do-sul-tambem-deci->

Portanto, o enunciador 2, ao afirmar que o professor Machado tem “complexo de inferioridade”, invalida a percepção e a experiência do professor com o racismo, como aconteceu no Enunciado 1. Essa atitude ignora, como dissemos, as vivências de pessoas negras com o racismo e contribui para a perpetuação da ideia de que o racismo é apenas uma questão de imaginação ou de exagero das vítimas. Ao invés de reconhecer o racismo presente na exposição da boneca, o sujeito do Enunciado 2 atribui ao docente a responsabilidade por sua percepção, sugerindo que ele é o causador de sua própria inferioridade. Essa postura ratifica a ideia de que o racismo é um problema individual e não estrutural, ainda mais porque a frase “complexo de

inferioridade" está diretamente relacionada à ideia de que pessoas detentoras deste "complexo" são inferiores ou assim se sentem. Essa crença é um dos pilares do racismo, como argumentamos, e contribui para a marginalização e exclusão da população negra.

Seja no caso do Enunciado 1 ("Idiotice, o problema está na mente das pessoas"), seja no caso do Enunciado 2 ("cara besta meu. Complexo de inferioridade"), os comentários negam a existência do racismo na exposição da boneca, rejeitando a carga simbólica e as implicações raciais presentes. Os dois enunciados são exemplos importantes pois eles pertencem à mesma formação discursiva (FD), que é um conjunto de regras, conceitos e práticas que definem o que pode ser dito e como se pode falar sobre um determinado tema em uma sociedade (Foucault, 2008).

Para situarmos os enunciados em questão como pertencentes à mesma FD, precisamos entender esse conceito mirando no exemplo de uma rede de pesca, formada por vários nós que mantém as linhas unidas e que formam um todo (no caso, a rede). Assim, uma formação discursiva não é um todo homogêneo, mas sim um conjunto de elementos dispersos que se relacionam, conectam entre si, fazendo funcionar os discursos. Os elementos se unem porque as formações discursivas são o resultado das verdades (saberes) que, numa determinada época e lugar, fazem com que os membros de uma sociedade digam o que dizem. E, talvez o mais importante no caso específico dos dois enunciados em análise, seja que, para Foucault (2008), toda FD está em disputa e em conflito com outras formações discursivas.

As formações discursivas estão relacionadas às relações de poder e de saber existentes em uma sociedade, que podem ser utilizadas para legitimar o discurso dominante (o racismo, por exemplo) ou para contestá-lo. Para Foucault (2008), toda FD é, assim, composta por alguns elementos e apresenta algumas características. Uma FD se apresenta em forma de enunciados,

que são as unidades básicas do discurso, que podem ser frases, palavras, imagens, símbolos, etc. Os enunciados obedecem a regras de formação, que definem quais enunciados são válidos e quais não são dentro de uma formação discursiva (Baronas, 2007). No contexto do racismo como estamos discutindo, essas regras determinariam como o racismo é enunciado (como "preconceito individual" ou "estrutura social"), quem tem legitimidade para falar sobre ele (acadêmicos, vítimas, instituições) e quais conceitos (como "raça" ou "discriminação") são mobilizados no discurso.

Além disso, considerando como o discurso é controlado por meio de diversos procedimentos (Foucault, 2012), os enunciados atuam tanto como uma forma de interdição, ao proibir a discussão sobre o racismo, quanto como um mecanismo de rarefação, ao restringir as possibilidades de interpretação. Ao desviar o foco para o indivíduo, eles operam dentro de uma “vontade de verdade” que busca obliterar as dimensões raciais da exposição da boneca, mantendo, assim, as relações de poder que sustentam o racismo.

Ao analisar, por conseguinte, os enunciados 1 e 2, observamos certa regularidade neles, pois ambos negam a existência do racismo (estrutural), focando na individualidade e em certa patologia. Há uma nítida desvalorização da percepção do professor Moisés Machado no que toca ao racismo, tendo ele imaginado ou exagerado o problema. Ao mesmo tempo em que há essa regularidade, há também uma dispersão. Se, no primeiro, identificamos um tom mais "científico", recorrendo implicitamente à psicologia, à ciência da mente, etc., no outro há um tom mais ordinário, agressivo. Os dois negam o racismo, mas o fazem por meio de estratégias distintas. Ambos os comentários se baseiam em enunciados que reforçam estereótipos e preconceitos raciais, havendo uma naturalização da desigualdade racial, como se fosse algo normal e inevitável. Além disso, os enunciadores 1 e 2 são sujeitos do discurso dominante, uma formação

na qual a visão branca é soberana e legitimada socialmente, enquanto as vozes das vítimas de racismo são silenciadas e suas experiências invalidadas.

Embora apresentem algumas diferenças, como mostramos, os comentários "Idiotice, o problema está na mente das pessoas" e "cara besta meu. Complexo de inferioridade" compartilham elementos que os aproximam da mesma formação discursiva: negação do racismo, desvalorização da percepção das vítimas, reforço de estereótipos e preconceitos raciais e naturalização da desigualdade racial. Contudo, é crucial ressaltar que a história dos negros não se resume à opressão. Suas resistências, lutas e conquistas também moldaram a sociedade brasileira, e reconhecer essas narrativas é fundamental para uma compreensão completa e justa da história. Os movimentos negros, por exemplo, têm sido fundamentais na luta por igualdade e justiça. Incluir essas perspectivas fortalece a luta antirracista e contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa (Moura, 2014; Gomes, 2017; Carneiro, 2023).

2.3. ANÁLISE DISCURSIVA 3

O comentário da Figura 4 – “Não achei que teve maldade. As artistas reborn fazem com muito carinho, sem intenção de machucar ninguém, tem reborn pet de vários tipos, porquinhos, macaquinhos, gatinho, cachorrinho, fadas, todos lindos e feito com muito amor e trabalho, pra fazer cada animalzinho é um curso, tenho certeza que a artista fez com todo amor. Que pena as pessoas levarem na maldade” – também pode ser interpretado como um destaque do racismo estrutural, mesmo com a leitura equivocada do sujeito.

Figura 4 - Comentário C da matéria
em análise: 29-02-2024

Fonte - <https://www.youtube.com/watch?v=RWaw6XoD-F0>



@simonecampos3209 há 1 dia

Não achei que teve maldade. As artistas reborn fazem com muito carinho, sem intenção de machucar ninguém, tem reborn pet de vários tipos, porquinhos, macaquinhos, gatinho, cachorrinho, fadas, todos lindos e feito com muito amor e trabalho, pra fazer cada animalzinho é um curso, tenho certeza que a artista fez com todo amor. Que pena as pessoas levarem na maldade.

Mostrar menos



Ao lermos o Enunciado 3, a primeira informação identificável é o aparente equívoco de leitura do sujeito, pois a autora interpreta que o professor Machado se refere aos bonecos realistas em si, e não à sua disposição na vitrine. A linguagem empregada pelo sujeito, carregada de termos afetivos e emotivos, ratificados pelo uso excessivo do diminutivo (-(z)inho) ao nomear os animais comuns, segundo a autora, na produção de bonecos reborn, reforçam o equívoco de interpretação. Ao final, ela, como os demais, nega o racismo. A enunciativa desloca os problemas, como se o que esteve em discussão fosse o reborn, uma forma de arte que busca criar bonecas realistas, e não o modo como as bonecas e o boneco foram organizados. Ela acentua, assim, a desconsideração da carga simbólica da obra e a coloca como uma mera expressão artística, sem levar em conta as implicações raciais presentes. Para a comentarista, ao dizer “Que

pena as pessoas levarem na maldade”, ela sinaliza que o professor Machado leu na “maldade” o trabalho realizado pela artista, e lamenta por isso. Essa postura ignora o impacto simbólico da exposição e a perpetuação de estereótipos raciais, mesmo que não tenha sido este o desejo de quem organizou a exposição.

À semelhança dos demais enunciadores, em sua leitura equivocada, o sujeito do Enunciado 3 acaba atribuindo às pessoas a maldade pelas leituras feitas, no caso, culpa o sujeito denunciante por sua própria percepção e invalidando, também ela, as experiências e vivências de pessoas negras com o racismo. O comentário, assim, mesmo que sem um ataque direto ao sujeito professor Machado, mesmo que ingênuo e talvez infantilizado, reforça estereótipos raciais que associam a negritude à animalidade, inferioridade e exotismo. Essa visão contribui para perpetuar as desigualdades raciais e para marginaliza a população negra, como o fizeram os dois outros enunciados analisados.

Ao tratar do pacto narcísico da branquitude como mecanismo de fortalecimento de manutenção dos seus privilégios, Bento (2022) alerta que evidentemente a branquitude não se reúne às madrugadas para discutir a manutenção de seus privilégios. Ao contrário, as estratégias e a exclusão de pessoas negras seguem nas diversas instituições uma similaridade e, sobretudo, um silenciamento. Para a autora, esse é o componente narcísico, de autopreservação, pois há a ideia de que o “outro”, o “diferente”, ameaça o “normal”. Assim como Bento (2022) destaca o pacto narcísico da branquitude, o Enunciado 3 exemplifica como essa dinâmica se manifesta na prática. A comentarista, ao negar o racismo e atribuir a “maldade” à interpretação do professor Machado, reforça a autopreservação da branquitude e a exclusão do “outro”, no caso, a pessoa negra. Ao deslocar o problema para a “maldade” daqueles que identificaram o racismo na cena, a enunciativa também contribui para a manutenção dos privilégios da branquitude,

pois ignora o impacto simbólico da exposição e a perpetuação de estereótipos raciais. Essa postura contribui para conservar o racismo estrutural e manter os privilégios da branquitude, como apontado por Bento (2022).

SÍNTESE DAS ANÁLISES E CONCLUSÃO

Ao comparamos os enunciados 1, 2 e 3, percebemos que este último, ao deslocar equivocadamente a leitura dos problemas, é construído num tom mais ameno e conciliador, enquanto os comentários 1 e 2 são agressivos e desqualificadores. Em seu equívoco, a enunciadora 3 parece defender a artista que criou as bonecas realistas, como se este fosse o problema, minimizando a ofensa, enquanto os enunciados 1 e 2 atacam e ridicularizam o sujeito professor Moisés Machado, quem denunciou a prática racista. Enquanto a enunciadora 3 reconhece a possibilidade de racismo na obra, mas sem maldade, 1 e 2 negam completamente a existência de racismo.

Ambos os enunciados, todavia, rejeitam a existência do racismo estrutural, seja por focarem na individualidade e na patologia das pessoas, seja por achar que, sem o desejo explícito, o racismo deixa de existir. Isso é precisamente nítido quando identificamos, em ambos os comentários, uma desvalorização da percepção de quem denunciou o caso, como se estivesse imaginando coisas, com problema mental ou sendo maldoso. Tais comentários acabam reforçando duas conclusões: a primeira é que a observação do professor Moisés Marcelo tem fundamento; a segunda é que o racismo estrutural é parte constitutiva das práticas discursivas das pessoas, estejam elas conscientes ou não disso.

Por fim, ambos os comentários se aproximam da mesma formação discursiva que naturaliza o racismo e atribui culpa às vítimas, somando-se à estratégia de interdição do discurso denunciante do racismo. Para isso, os enunciados usam diferentes estratégias para refutar a existência

do racismo: no caso do Enunciado 3, usa palavras amenas como "amor", "carinho", "trabalho", "fadas", "lindos", etc., o que parece aproximar-se muito de uma formação discursiva religiosa ou infantil. No caso dos comentários 1 e 2, a estratégia do discurso agressivo: "idiotice" e "problema na mente", no Enunciado 1; e "besta" e "complexo de inferioridade", no Enunciado 2. Ambos ratificam, como lemos, as relações de poder existentes na sociedade e, desse modo, contribuem para a perpetuar o racismo na sociedade de que tratou a experiência de Kenneth e Mamie Clark de 1940.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, S. (2024). *Racismo institucional: colonialismo, injustiça epistêmica e trauma cumulativo*. Londres: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003187073>
- Almeida, S. (2019). *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Pólen.
- Alves, PP, et al. (2020). *Atlas da Violência*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-daviolencia-2020>>. Acesso em: 26 dez. 2024.
- Baronas, RL (Org.). (2007). *Análise do discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- Bell Jr., DA (2021). Brown v. Board of Education e o dilema da convergência de interesses. *Revista Direito e Práxis*, 12(2), 1454–1472. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/59770>>. Acesso em: 1 mar. 2024.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bueno, S., Pacheco, D., & Nascimento, T. (2020). O crescimento das mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (14ª ed.). São Paulo. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud*, 8(1), 607–630.
- Cardoso, L. (2020). *O branco ante a rebeldia do desejo: Um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional*. Curitiba: Apr.
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras.
- Domingues, P. (2005). O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889–1930). *Diálogos Latinoamericanos*, (10), 0.
- Figueiredo, A.A.A., & Góis, MLS (2021). A representação e o discurso racista. Em SM de Melo, P. Navarro, & ES Bernardes (Orgs.), *A subjetividade do sujeito mulher, do sujeito negro, do sujeito indígena na sociedade contemporânea sob as lentes discursivas* (pp. 151-178). Campinas: Mercado de Letras.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2020). *Anuário brasileiro de segurança pública* (14ª ed.). São Paulo. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber* (7ª ed., Trad. LFB Neves). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2012). *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (Trad. LFA Sampaio). São Paulo: Edições Loyola.

Gomes, Holanda (2019). *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes.

Gonçalves, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, disciplinas e diálogos* (Orgs. F. Rios & M. Lima). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Góes, L. (2016). *Tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: O racismo como base estruturante da criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan.

Góis, MLS, & Rodrigues, LS (2024). O conceito de representação discursiva. In SM Melo & P. Navarro (Orgs.), *Discurso e Sociedade: reflexões emergentes em tempos de crise* (pp. 159–190). Campinas: Pontes.

Lawrence, K., & Keleher, T. (2004). Racismo estrutural. Em *Race and public policy conference*.

Moinhos, CW (2023). *O contrato racial* (Edição comemorativa de 25 anos). São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras.

Moura, C. (2014). *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (5ª ed.). São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois.

Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado* (3ª ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.

Patrício, C. (2023). A dor invisível: Reflexões sobre o sofrimento do homem negro numa sociedade patriarcal e racista. *Pré-impressões SciELO*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7021>. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7021>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Ramos, S. (2020). *Racismo, motor da violência: Um ano da Rede de Observatórios da Segurança*. Rio de Janeiro: CESeC.

Ribeiro, D., et al. (2020). *A cor da violência policial: A bala não erra o alvo*. Rio de Janeiro: CESeC.

Schwarcz, LM (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwarcz, LM (1996). As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: O contexto brasileiro. In R. Queiroz & L. Schwarcz (Orgs.), *Raça e diversidade* (pp. 147–185). São Paulo: Edusp.

Spivak, GC (2014). *O subalterno pode falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

